

Cenário Político



Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Dez anos

Na próxima quinta-feira, dia 16 de julho, a coluna Cenário Político completa dez anos. O objetivo inicial, oferecer aos leitores um retrato dos bastidores do poder e uma crítica sobre os acontecimentos da semana, segue pautando cada edição. Neste momento, queremos agradecer a todos aqueles que valorizam o nosso trabalho através da leitura e contribuem com sugestões e críticas. Muito obrigado por esta década de parceria!

Prestando contas

Esta semana, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Pernambuco realizou uma sessão pública para discutir a proposta de lei que altera o estatuto do Ministério Público do Estado de Pernambuco. O relatório foi apresentado pelo promotor de justiça e relator da comissão, o promotor de justiça Luiz Felipe Aguiar. Mais informações sobre este e os outros assuntos tratados nesta semana estão disponíveis no site da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Indícios
Investigação em curso para apurar se há indícios de corrupção no processo de licitação para a construção do novo prédio da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O processo foi iniciado em março deste ano.

Constituinte
A Assembleia Legislativa de Pernambuco está em processo de constituinte para a elaboração de uma nova Constituição Estadual. O processo foi iniciado em março deste ano.

Transparência
A Assembleia Legislativa de Pernambuco está em processo de implementação de uma política de transparência. O processo foi iniciado em março deste ano.

Não pode
Nenhum dos membros da Assembleia Legislativa de Pernambuco pode ser considerado como sendo um membro da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Cenário Político

Cabeças vão rolar

Depois da apresentação dos relatórios de trabalho dos membros da Assembleia Legislativa de Pernambuco, cabeças vão rolar. O processo foi iniciado em março deste ano.

Transparência
A Assembleia Legislativa de Pernambuco está em processo de implementação de uma política de transparência. O processo foi iniciado em março deste ano.

Não pode
Nenhum dos membros da Assembleia Legislativa de Pernambuco pode ser considerado como sendo um membro da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Troca

A secretária municipal de Saúde, Elocy Garcia Rocha da Rosa, foi exonerada ontem e será substituída pela enfermeira Beata Both, servidora pública concursada. A informação foi antecipada, em primeira mão, há duas semanas pelo Cenário Político.



Afinal, Saúde não é prioridade?

Existem políticos que, vítimas de uma escolha equivocada, ficam reféns dos slogans de campanha. Já aconteceu com o ex-prefeito Percival de Oliveira, que em 2004 prometeu uma "Montenegro como você nunca viu" e, depois de eleito, ao longo de oito anos, era obrigado a ouvir a expressão em tom de deboche a cada tropeço. Agora é a vez do governador José Ivo Sartori ser confrontado com o título que seus marqueteiros lhe deram no ano passado. A expressão "O Gringo que faz" vem recebendo predicados nada edificantes diante da crise instalada nas mais diversas áreas, da Saúde à Segurança, da Educação à Infraestrutura. A cada dia, os



Rapidinhas

* A lua de mel entre Executivo e Legislativo continua. Segunda-feira, os vereadores vão ao gabinete para entregar suas principais reivindicações ao prefeito Luiz Américo Aldana.

* Aliás, quando encaminham currículos de filhos para o prefeito ver se consegue uma "colocação" no governo, alguns vereadores deveriam tomar cuidado para não gerar constrangimentos. Pessoas envolvidas com crimes, incluindo Pedofilia, não serão nomeadas.

* Aldana cumpre a promessa de fazer um governo pluripartidário. Nomeou

Colheita - A crise nas finanças gaúchas, obviamente, não é obra do governo empossado há seis meses. É o fruto azedo de um plantio que começou há décadas, no total des controle dos gastos, no inchaço da máquina pública e na aprovação de leis que destinam a maior parte do que se arrecada em impostos para o pagamento e a previdência do funcionalismo. Todos os partidos já estiveram no Palácio Piratini e nenhum se propôs a enfrentar o problema de frente. Óbvio que gastar mais do que se arrecada é possível por algum tempo, mas chega uma hora em que a conta tem de ser paga.

Transferência - O grande problema é que a conta dessa incompetência histórica e criminosa está sendo transferida para a sociedade. A redução dos repasses ao Hospital Montenegro eliminou, de cara, a realização de 170 cirurgias, 3.200 consultas e 5.400 exames por mês. Todos estes pacientes, agora, têm de buscar atendimento em Porto Alegre. Ou seja, o governo tira de um e repassa ao outro, já que, na capital, todos estes procedimentos também têm custo. Isso sem falar em todos os transtornos inerentes ao deslocamento e às dificuldades de agendamento, que podem levar meses e até anos.

Mais impostos - É natural que a população proteste, pois esse tipo de manobra não representa, efetivamente, uma economia para o Estado e, em contrapartida, ameaça a vida de milhares de contribuintes. Sartori é um político experiente e certamente sabia que enfrentaria dificuldades maiores que as encaradas por seus antecessores. A crise é grave, mas é provável que o gringo esteja "apertando o torniquete" para, logo ali, apresentar a "solução" do problema: aumento de impostos. Como se a população já não pagasse o suficiente pela péssima contrapartida que recebe.

Amnésia seletiva - Quinta-feira, durante a sessão da Câmara, o vereador Marcos Gehlen (PT) foi duro com o governador, ao destacar a importância que o HM tem para a região. De fato, a situação é insustentável, mas não dá aos políticos o direito à amnésia. É sempre bom lembrar que a crise nos repasses começou em novembro, quando seu partido ainda estava no governo, por meio de Tarso Genro.

Essencial - Infelizmente, a situação é semelhante na maior parte dos hospitais do interior. A pressão sobre a capital fez com que o prefeito de Porto Alegre entrasse na Justiça contra o Estado e outras cidades estão fazendo o mesmo. O gringo prometeu que não haveria cortes nas áreas essenciais. A saúde está no topo dessa lista.

Eleição de diretores
Embora a sugestão tenha sido assinada pelos dez vereadores em 2013, não há unanimidade na Câmara sobre a proposta para a realização de nova eleição nas escolas municipais este ano. O texto, que contém uma sugestão de lei para regulamentar o pleito, foi reenviado ao Executivo pelo gabinete do vereador Renato Kranz (PMDB), a pedido do próprio prefeito Aldana. Kranz defende novo pleito até dezembro, mas alguns colegas não concordam.

Feridas abertas - Quinta, na sessão da Câmara, o presidente e o vice, Márcio Müller (PTB) e Marcos Gehlen (PT), deixaram bem claro que a elaboração da lei é importante. Porém, como houve movimentações em 2013 nas escolas (a eleição foi anulada por decisão judicial na véspera) e no ano passado (regidas por uma normativa sem amparo legal), realizar um novo processo agora pode não ser produtivo. A própria secretária da Educação, Silvana Schallenberg, também tem suas dúvidas. Uma disputa sempre abre feridas e as últimas, em algumas instituições, parece que ainda não cicatrizaram completamente. Vale uma boa reflexão.

Pela rejeição

O Ministério Público de Contas emitiu um parecer pela rejeição das contas do ex-prefeito Paulo Azeredo referentes ao exercício de 2013. Foram apontadas graves irregularidades na contratação da empresa Biomina para a coleta de lixo e na readmissão do ex-servidor Jefferson Carvalho, demitido no governo anterior durante o estágio probatório. Aliás, os mesmos erros que sustentam duas robustas ações de improbidade administrativa na Justiça comum.

Multas - Se condenado no Tribunal de Contas do Estado, Azeredo será obrigado a restituir aos cofres públicos em torno de R\$ 57 mil. Ainda cabe defesa.